

**SEHAB/DEPTO DE PARCEL DO SOLO E INTERVENCOES UR- BANAS/GAB. DO DIRETOR**  
**ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 8 ANDAR- SL. 84**  
**2010-0.218.257-0 ASSOC.DE LUTA POR MORADIA SAO FRANCISCO DE ASSIS**  
 CONCEDIDO PRAZO DE 30 DIAS.  
**2010-0.218.264-2 ASSOC.DE LUTA POR MORADIA SAO FRANCISCO DE ASSIS**  
 CONCEDIDO PRAZO DE 30 DIAS.  
**2010-0.218.276-6 ASSOC.DE LUTA POR MORADIA SAO FRANCISCO DE ASSIS**  
 CONCEDIDO PRAZO DE 30 DIAS.

**EDITAL DE COMUNI-QUE-SE (SISACOE)**  
 OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARRECER EM ATE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS OU; 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO (ANISTIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.  
**GABINETE DO SECRETARIO**  
 PROCESSO SQUINCRA NOME  
 2010-0353182-9 0003219400116-1 021 GERALDO BASTOS PNEUS E PECAS LTDA  
 2010-0353658-8 0011739900269-1 011 MUDAR INCORPORACOES IMOBILIARIAS LTDA  
 DPTO. DE PARC. DO SOLO E INTERV. URBANAS - PARSOLO  
 PROCESSO SQUINCRA NOME  
 2003-0179771-0 6383580247910-2 001 C.D.H.L.-CIA DE DESENV HABIT E URBANO DO EST DE S PAULO

**DEPARTAMENTO DE APROVACAO DAS EDIFICACOES - APROV**  
 PROCESSO SQUINCRA NOME  
 2003-1024599-7 0007966900169-1 001 NUBIA ROSA BATISTA FRACASSO  
 2003-1045644-0 000939000371-1 001 RICARDO CASSIO BRAGALIA  
 2007-0391234-4 0007016100898-1 008 POSTO JAGUAR DO MANDAQUI LTDA  
 2007-1000082-7 0002304300839-1 012 VINTE MIL E DOIS RESTAURANTE E ATRACOES MUSICAIS LTDA

2009-0328492-4 0007918100247-1 004 ADEMIR QUINTINO BORGES  
 2010-0198305-6 0007021501455-1 005 ESTHER KALLU  
 2010-0209131-0 0001207800015-1 001 JOAO BERNARDINO SUA MULHER E OUTROS  
 2010-0265358-0 0019008400341-1 001 ANTONIO RODRIGUES PINHEIRO

**DEPARTAMENTO DO CONTROLE DO USO DE IMOVEIS - CONTRU**  
 PROCESSO SQUINCRA NOME  
 1999-0207373-5 0005521100105-1 001 PAROQUIA SAO BENEDITO DAS VITORIAS  
 2005-0094188-9 0007437500140-1 003 ANIELO D'AMARO & CIA. LTDA.  
 2005-0280761-6 0004910201114-1 012 SHELL BRASIL S/A PETROLEO  
 2005-0294657-8 0004504000669-1 012 MIRANDOPOLIS AUTO POSTO LTDA  
 2006-0079365-2 0008804200154-1 017 SERVBEM POSTO DE SERVICOS LTDA  
 2006-0121502-4 0008545601492-1 008 DUTRAO AUTO POSTO LTDA. SHELL  
 2007-0148549-0 0007151200579-1 005 AUTO POSTO RICARDO LTDA  
 2007-0222548-3 0007219500017-1 009 PRCOCENTER AUTO POSTO LTDA  
 2007-0231152-5 0007725700250-1 019 AUTO POSTO MUIPIRA LTDA  
 2007-0244409-6 0007824800016-1 011 AUTO POSTO CABCAO LTDA  
 2007-0284806-5 0030414100371-1 009 POSTO DE GASOLINA REGENTE LTDA  
 2007-0342044-1 0030410800251-1 012 AUTO POSTO I.E. LTDA  
 2007-0365561-9 0007844300019-1 002 COMPANHIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA  
 2008-0030052-8 0014600500503-1 004 BELIA-FLOR COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA  
 2008-0058824-6 0012714300315-1 016 CENTRO AUTOMOTIVO TANQUE CHEIO LTDA  
 2008-0137158-5 0005009200521-1 011 AUTO POSTO P. C. MELO LTDA  
 2008-0166021-8 0030612701376-1 032 CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA  
 2008-0201324-0 0004901401033-1 001 AUTO POSTO BOSQUE LTDA  
 2008-0234693-2 0003605900526-1 007 GABRIEL ALFIO TOMASELLI  
 2008-0252067-3 0007437500140-1 005 ANIELO D'AMARO & CIA. LTDA.  
 2008-0294381-7 0021402600011-1 026 COMERCIO VAREJISTA COMBLUMAR TAIPAS LTDA  
 2008-0296449-0 0017231301419-1 011 POSTO SERV AUT E COM DE COMB MERLOT LTDA  
 2008-0314757-9 0010417900049-1 011 CENTRO DE ABASTECIMENTO DE GAS MILENA LTDA

2008-0329889-3 0018509000882-1 008 AUTO POSTO JARDIM APOADOR LTDA  
 2009-0170673-2 0005910800213-1 004 MARCELO CAVALCANTE ROSA  
 2009-0272078-0 0019701500635-1 003 TDB TEXTIL DAVID BOBROW SA  
 2009-0272087-9 0019701500635-1 004 TDB TEXTIL DAVID BOBROW SA  
 2009-0280029-5 0010418700019-1 015 UNIGAS AUTO POSTO LTDA  
 2009-0284548-5 0001300400374-1 008 AUTO POSTO CARDEAL LTDA  
 2009-0297368-8 0012010900013-1 006 CENTRO AUTOMOTIVO UDINE LTDA  
 2009-0302850-2 0005910800213-1 003 AUTO POSTO DENE LTDA  
 2009-0303173-2 0007536000359-1 006 AUTO POSTAO I LTDA.  
 2009-0303501-0 0011347200230-1 006 AUTO POSTO JARDIM NORDESTE LTDA  
 2009-0307437-7 0011317300059-1 013 AUTO POSTO CID CAR LTDA  
 2009-0308255-8 000730300236-1 012 AUTO POSTO PARQUE DA JUVENTUDE LTDA  
 2009-0314182-1 0005007300594-1 010 AUTO POSTO DOM PEDRO LTDA  
 2009-0321035-1 0030506700582-1 008 ELI AUTO POSTO LTDA  
 2009-0322524-3 0011317300059-1 014 AUTO POSTO CID CAR  
 2009-0322576-6 0017002200630-1 007 MARANHEY AUTO POSTO LTDA  
 2009-0339567-0 0014614500187-1 004 AUTO POSTO MARLUCE LTDA  
 2009-0356795-0 001970500181-1 011 BANCO BRADESCO S/A  
 2009-0358035-3 0007209800471-1 014 POSTO DE SERVICOS COPACABANA LTDA  
 2010-0013390-3 0004419200014-1 013 AUTO POSTO SINHA-MOCA LTDA  
 2010-0031654-4 0005106700507-1 008 DEZENOVE AUTO POSTO LTDA  
 2010-0042037-6 0016005501274-1 010 AUTO POSTO SETA OESTE LTDA  
 2010-0042906-3 0002904401024-1 007 AUTO POSTO UNIBEL LTDA  
 2010-0046356-3 0003203601931-1 008 AUTO POSTO TEJO LTDA  
 2010-0067212-0 0011402000171-1 004 AUTO POSTO NOVA RADIAL LESTE LTDA  
 2010-0071828-6 0000607400706-1 007 EDUARDO CORREA CAVALCANTI  
 2010-0071837-5 0003807000860-1 003 SERVICE CENTRO VILA MARIANA LTDA  
 2010-0083463-4 000730300236-1 013 AUTO POSTO PARQUE DA JUVENTUDE LTDA  
 2010-0091899-4 0000700100539-1 013 POSTO DE COMBUSTIVEIS ADVF LTDA  
 2010-0133686-5 0009531300275-1 017 CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA  
 2010-0150512-0 0010104700067-1 008 RODOVIANIA PIRENEUS  
 2010-0154865-1 0023303400014-1 001 AUTO POSTO TREVIO IDEAL LTDA  
 2010-0157695-7 0004419300477-1 009 JOAO SCARLATE  
 2010-0177905-0 0011631200053-1 003 AMIR GAVIOLI  
 2010-0181748-7 0011264000201-1 011 NOVA CURUCA AUTO POSTO LTDA  
 2010-0210635-0 0004403200370-1 016 AUTO POSTO LINDOIA LTDA  
 2010-0218979-5 0004306300064-1 020 CSP AUTO POSTO LTDA  
 2010-0238433-4 0010305100016-1 004 AUTO POSTO 126 LTDA  
 2010-0243236-3 0008618100080-1 026 CENTRO AUTOMOTIVO AGUA ESPRAIADA LTDA.  
 2010-0285495-0 0008542100131-1 007 POSTO DE SERVICOS GUARARAPES LTDA  
 2010-0320487-9 0007714200367-1 004 MONTELE - INDUSTRIA DE MONTA-CARGAS E ELEVADORES L

2010-0328029-0 0002905400714-1 043 SERVICIO SOCIAL DO COMERCIO SEEC

**Deppto. de Controle do Uso de Imóveis**

**DIVISÃO DE CONTROLE DO USO DE IMÓVEIS – CONTRU-1**

**DETERMINAÇÃO DO DIRETOR DE DIVISÃO – CONTRU-1**  
 2003-0.270.497-OLICEU DE ARTES E OFÍCIOS, R. JOÃO TEO-DORO, 535.  
 "Para apreciação do pedido de realnêlise formulado, deverão ser apresentados, no prazo máximo de 15(quinze) dias, novo Laudo Técnico de Segurança, acompanhado de Certificado de Conclusão da reforma efetuada, bem como dos atestados que comprovam a execução da I.E.O.S. nº 255/2008, vencida em 09/08/2010, sob pena de sanções.  
 2003-0.237.063-OCARREFOUR COM. E IND. LTDA, VIA RAPOSO TAVARES, 7201.  
 Fica concedido prazo complementar de 180 dias, contados a partir da data de publicação desta, para atendimento da I.E.O.S. nº 00004/08, findo o qual deverão ser apresentados todos os atestados exigidos na mesma.  
 2007-0.064.617-1FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA - PADRE SABÓIA DE MEDEIROS.  
 Fica concedido prazo complementar de 180 dias, contados a partir da data de publicação desta, para atendimento da I.E.O.S. nº 00182/10, findo o qual deverão ser apresentados todos os atestados exigidos na mesma.

**DIVISÃO TÉCNICA DE SISTEMA DE SEG. E PROJETOS NOVOS - CONTRU-4**

Notificação Para Regularizar a Edificação Quanto ao Certificado de Manutenção do Sistema de Segurança.  
 Ficam os Responsáveis abaixo relacionados, Notificados para, no prazo de trinta dias corridos a partir da data desta publicação, requererem a expedição do Certificado de Manutenção, de acordo com o disposto no Dec. 32.963 de 15/1/93.  
 O não atendimento desta Notificação no prazo, fará com que os documentos que atestam as condições de segurança e uso da Edificação deixem de produzir os efeitos de documento municipal comprobatório de atendimento às normas especiais de segurança e uso, conforme Art.5o.do Dec.17.216 de 9/3/81, gerando notificação para regularizar a situação quanto às normas de segurança e uso, de acordo com os Arts. 1º e 3º da Lei 9433 de 1/4/82, com sanções previstas em seu Art. 4º (multas e interdição).  
 Notificação Processo Razão Social Endereço:  
**2011-0.000.071-9- CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CAMPANÁRIO, R. Antonio de Godói, 122.**

**CONTRU-4**  
 Intimação para Execução de Obras ou Serviços- IEOs Manutenção  
 Pela presente, fica V.Sa. intimado a executar as obras e serviços relacionados, nos prazos fixados por CONTRU-MANUTENÇÃO, conforme o Artigo 11 do Decreto 32.963, de 15 de janeiro de 1993, os quais serão contados a partir da data de publicação desta intimação no Diário Oficial do Município. O não cumprimento desta intimação pela inexecução de obra e/ou serviço no término do prazo fixado acarretará na cessação da validade do documento municipal comprobatório do atendimento das normas de segurança de uso, conforme artigo 5 do Decreto 17.216, de 9 de março de 1981.

**2010-0.263.535-3- CONDOMÍNIO EDIFÍCIO FARIA LIMA BUSINESS CENTER,Av. Brig. Faria Lima, 1309.**

**Resolo-4**

**NOTIFICAÇÃO PA. 1979-0.011.636-2**

Referência: Loteamento S/D – c/ acesso pela Rua Santa Rita do Passa Quatro – SP/Capital  
 O Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo - Resolo, da Secretaria Municipal da Habitação – SEHAB, através de sua Divisão Técnica de Análise Jurídica – Resolo-4, de ordem do Senhor Diretor, NOTIFICA: **1- Severino Ramos de Lima, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.118.025 e inscrito no CPF/ME sob nº 279.651.630-53**, que o parcelamento de solo com acesso pela Rua Santa Rita do Passa Quatro, objeto do processo administrativo nº **1979-0.011.636-2**, obeve o respectivo Auto de Regularização Técnica expedido por este Departamento, sendo que, portanto, V. Sa. deverá comparecer, no prazo de **15 dias** a partir da data da publicação deste, à **Rua São Bento, nº 405, 8º andar, sala nº 83-A** para retirada e pagamento da guia de recolhimento de emolumentos e posterior recebimento de documento junto ao expediente da Secretaria Municipal da Habitação.  
 Salientamos que o não atendimento da presente dentro do prazo supra assinalado, culminará com a tomada das medidas administrativas – inscrição na dívida ativa – ou judiciais cabíveis, visando a cobrança dos emolumentos devidos.  
 Obs: Caso necessite de maiores esclarecimentos, dentro do prazo supra assinalado, Vossa Senhoria poderá solicitar atendimento pessoal, agendando previamente horário pelo telefone nº 3397-3604 ou 3397-3605, com Dr. Eugair R. Castro.

**Superintendência de Habitação Popular**

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMMH**  
**ATA DO GT PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO GESTÃO 2009/2011**

Data da Reunião: **16 de julho de 2010**  
 Local: Rua São Bento, 405 – Secretaria da Habitação – Edifício Martinelli - Centro – São Paulo  
 No dia 16 de julho de 2010, às 14h30, se reuniram na Secretaria da Habitação, na Rua São Bento, 405 no Edifício Martinelli - Centro – São Paulo, para a Reunião do GT Plano Municipal de Habitação – gestão 2009/2010, vários participantes, a reunião é iniciada. Sr. - Para não tomar muito tempo de todos aqui presentes, dando o conteúdo importante que o Dr. Carlos Pacheco, da UNICAMP, vai falar conosco, a presença dele é extremamente importante aqui para o nosso trabalho do Conselho e também do Grupo da SEHAB e da CDHU que está em conjunto desenvolvendo esse trabalho conosco. Prof. Carlos - O texto que foi distribuído foi construir cenários econômicos e demográficos para o Município de São Paulo para dar sustentação ao Plano. Na equipe nossa, do nosso Núcleo de Pesquisa, algumas das pessoas inclusive ajudaram a produzir os cenários do Plano Nacional de Habitação, em geral quem faz cenário de longo prazo é o setor elétrico brasileiro que precisa para poder fazer projeção de demanda de energia, então o Ministério de Minas e Energias tem, Petróbrás tem. Existe um cenário de médio prazo que o Banco Central capta as avaliações e estimativas que o mercado faz acerca do crescimento brasileiro e que está no chamado Relatório Foco do Banco Central, então partimos dessas coisas e no caso do Município de São Paulo nós também usamos as projeções de crescimento de PIB que estão no Plano Plurianual, então o Plano Nacional de Habitação tem basicamente dois cenários para esse período até 2024, um cenário que chama de adverso em que a taxa de crescimento do PIB é 2,5 e um cenário que chama de tendencial e que tem uma taxa de crescimento do PIB de 4%. O Plano Nacional de Habitação coincide um pouco com a emergência da crise, passada e as taxas, inclusive as próprias avaliações de mercado pós-crise são de crescimento até mais acelerado, a capacidade de pagamento das famílias depende da geração de emprego e renda, da distribuição de renda e a capacidade do setor público de fazer política depende disso. Essa taxa de crescimento, de um cenário melhor de 4% é uma taxa alta para o Brasil dos últimos 20 anos, mas é uma taxa bastante aceitável para um médio prazo da economia brasileira, hoje as tendências de crescimento ao longo prazo do Brasil são relativamente positivas, a estimativa para São Paulo é que o crescimento do PIB fique um pouco abaixo da média nacional, como tem acontecido nos últimos anos, por efeito da desconcentração econômica das atividades do Município de São Paulo em direção ao interior de São Paulo e outras localidades. São Paulo sempre tem um crescimento um pouco abaixo da média, o PIB mais ou menos do Brasil 2007/2008 4%, Município de São Paulo 3%, Estado de São Paulo 3.5%, isso é mais ou menos a média. Nesses últimos anos que estão aqui nós não temos grandes períodos recessivos, mas em geral quando a economia desacelera, ela desacelera mais em São Paulo do que desacelera na economia nacional, tem a ver com a indústria que pesa muito em São Paulo e normalmente o que oscila muito no PIB é a atividade industrial, então ela cai mais e quando recupera, em geral, ela recupera mais rápido, essas são as hipóteses que nós estamos adotando para crescimento ao longo prazo do PIB do Município de São Paulo, num cenário adverso 2% contra 2.5, 3.5%,

contra 4 no cenário nacional, nos últimos anos, apesar de toda pressão para reduzir carga tributária, ela só vem aumentando, então o pressuposto aqui é que ela não aumente, mas também não se reduza, ela continue com a carga tributária que tem. De 95 a 2007 a tendência da carga tributária sempre foi aumentar no total e boa parte desse aumento, na verdade se deve ao aumento da carga tributária federal ao longo dos anos, depois da Constituição de 88 havia uma tendência a desconcentrar a carga tributária. Durante toda a década de 80 houve uma série de reformas constitucionais para distribuir melhor a carga tributária, tirar da União e distribuir para Estados e Municípios, um conjunto de Emendas Constitucionais Municipalistas. O que aconteceu depois da Constituição de 88 é que basicamente a União tem feito crescer a carga tributária criando tributos que não são repartidos com Estados e Municípios. Uma parte disso tem a ver com a restrição fiscal pesada que a União tenha, tem que fazer superávit fiscal por conta do endividamento e por conta de encargos da Previdência e um conjunto de exigências e acaba acontecendo que para a União aumentou um pouco a carga tributária dos Municípios, os Municípios passaram a fazer maior esforço de receita própria, seja no IPTU, seja no ISS, generalizado no Brasil como um todo. São Paulo fez nos últimos anos um aumento de carga tributária sobre serviços significativa, fez com as taxas generalizadas há alguns anos atrás, mas fez, sobretudo, porque os Municípios entraram numa espécie de bola dividida com o Estado, criando alguns tributos sobre aquilo que supostamente fica na dúvida se a arrecadação deveria ser de competência estadual ou competência municipal, a União aumentou muito, os Municípios aumentaram um pouco, até invadindo competências que supostamente seriam estaduais, telecomunicações, serviços bancários, uma série de coisas que acabaram, energia elétrica, uma série de serviços que começaram a ser tributados pelo Município e etc., acredito que é muito mais fácil sobretudo a União continuar criando contribuições, não repartidas com o Estado, do que enfrentar os desafios de fazer uma reforma tributária. Se a economia for super bem, crescendo 4% ao ano, se os tributos crescerem igual ao PIB eu tenho o melhor no cenário de receita. Se os tributos não crescerem igual ao PIB, crescerem abaixo do PIB, se tivesse uma redução da carga tributária eu teria outro cenário um pouco adaptado a realidade de São Paulo e que o PIB não cresce tanto quanto cresce São Paulo, então estou pegando essa parte dos cenários porque isso depende do crescimento do PIB, o IBGE faz projeções nacionais, mas a Fundação SEADE faz há muitos e muitos anos projeções demográficas para São Paulo. A Fundação SEADE já tem muitas décadas que faz isso, na verdade ela é a herdeira do chamado Departamento Estadual de Estatística que existe desde o começo do Século XX, eles usam o que eles chamam de uma técnica de projeção demográfica que chama "método dos componentes", não quer dizer que nós não tenhamos errado no passado, não quer, nós erramos muito, na década de 80 nós erramos muito porque nós tínhamos uma forte migração para São Paulo nos anos 70, nos anos 80 nós, tanto o IBGE como o SEADE projetaram o crescimento em cima do que estava acontecendo nos anos 70, hoje nós erramos menos porque as pesquisas domiciliares recentes, a PNAD e a própria pesquisa de emprego e desemprego DIEESE/SEADE tem perguntas sobre migração. As taxas de crescimento estão em queda, seguem em queda e segue com um fenômeno de queda absoluta da população dos grupos etários de zero a 4 e de 5 a 9, mesmo o grupo etário de 10 a 14 cai em termos absolutos no período de 2010 a 2015, o número de domicílios depende mais da população adulta do que o número de crianças, o número de domicílios depende de como cresce a população adulta. Nesse período do Plano, os domicílios vão crescer mais do que a população, porque os domicílios vão crescer em função dessas taxas e essas taxas são maiores que a média, a média da população está aqui, o número de domicílios tem a ver com as novas famílias que se constituem, as novas famílias dependem da população adulta, essa população adulta é que vai casar e vai constituir família, essa população adulta cresce a uma taxa que é maior do que a média do Município, "demanda demográfica por habitação", não tem nada a ver com a Política Habitacional, significa dizer que a população de São Paulo vai crescer, tem novas famílias e precisam de moradia. Não tem nada a ver com hipótese. Para cada grupo etário tem uma taxa de chefia, por que quê isso é importante? Porque como as populações não crescem, como os grupos etários crescem a taxas muito diferentes uns dos outros, para que eu saiba quantos domicílios novos eu tenho, a taxa média de crescimento vai estar mais próxima, não da população de 25 ou mais, vai estar mais próxima da população de 30 ou mais, ele é um pouco mais próximo da taxa, a população de 15 a 19 tem poucos chefes de domicílio. De 20 a 25 têm poucos ainda e o número maior de chefes de domicílio são mais velhos, cresce a uma taxa que está mais próxima do crescimento demográfico do grupo de 30 anos ou mais, então esses aqui são os dados do Município de São Paulo das projeções demográficas da Fundação SEADE, então isso aqui é a população estimada para São Paulo, essa aqui é a população adulta de São Paulo, considerando adulta, 25 anos ou mais, esse aqui é considerando 30 anos ou mais e essa aqui é a projeção que a Fundação faz para domicílio. Se nós olharmos os dados que temos disponível dos anos 90, por exemplo, a PNAD, as projeções da Fundação SEADE são bastante razoáveis. O tamanho médio do domicílio cai de 3 pessoas e meia por domicílio para no final do período 2,7 pessoas por domicílio, ou seja, a densidade cai. É uma projeção que eu diria mais demográfica, algumas coisas que vão acontecer com São Paulo vão melhorar o quadro habitacional, uma, a mudança demográfica é importante, como melhorias de renda vão melhorar o quadro habitacional, os adultos crescem a taxas muito mais rápidas do que as crianças, isso significa que o que chamamos de "taxa de dependência", as pessoas ativas em relação ao total de pessoas, o número de pessoas ativas que trabalham, que estão no mercado de trabalho, crescem a um ritmo muito maior do que aqueles que não trabalham, se você tem menos dependentes na família e se tiver emprego para todo mundo a renda per capita sobe muito rápido, então tem efeitos que são efeitos da natureza que são efeitos da composição dessas coisas. Bom, para fazer a projeção da demanda habitacional o importante era não só ter a demanda de crescimento demográfico e de número de domicílios, mas organizar esse crescimento do número de domicílios por classe de renda, porque na verdade a Política Habitacional está focada em algumas classes de renda, os instrumentos da Política Habitacional podem ser diferentes conforme a classe de renda, se o indivíduo tem acesso a crédito, se não tem acesso a crédito, se precisa de subvenção, se não precisa, etc., para fazer isso então precisávamos fazer uma evolução da distribuição de renda para São Paulo, temos alguns dados para São Paulo da pesquisa de emprego e desemprego da Fundação SEADE, mas elas não pegam toda a renda. É muito mais duvidoso dizer quanto vai crescer o PIB do que dizer quanto que é a demografia, é muito mais duvidoso dizer quanto é que vai ser o custo da habitação do que a demografia. O Município de São Paulo é diferente da Região Metropolitana e diferente do Brasil, porque pesa menos na população os grupos de menor renda, pesam menos do que na Metrópole, há uma proporção

de pobres maior na Região Metropolitana do que no Município de São Paulo. A desigualdade dentro de São Paulo é praticamente igual a da Metrópole, é uma coisa curiosa, é como se nós estivéssemos assim, está todo mundo num degrau acima, mas a desigualdade é muito parecida com a Região Metropolitana. Na faixa de até 3 salários mínimos no Brasil tem 43% dos domicílios nessa faixa, para São Paulo 19%. Na faixa acima de 5 salários mínimos tem 34% de domicílios nessa faixa para o Brasil e São Paulo tem 60%, então é completamente diferente, a distribuição de São Paulo tem um peso muito maior no segmento de renda mais alta comparado com o Brasil e o Estado de São Paulo, no começo da década de 90 nós tivemos redução da desigualdade, mas com redução da renda média real. A partir de 2001 você tem uma desconcentração mais forte porque há crescimento da renda mais acentuada dos mais pobres e com esse efeito de queda da renda lá de cima começa a desaparecer até quando chega no final dos anos 2000 a renda de todo mundo está crescendo, a dos mais pobres muito mais do que a dos mais ricos, então tem períodos que você tem desconcentração com melhoria da renda média e período que você tem desconcentração sem melhoria da renda média, pegamos o Município de São Paulo, comparamos com a Região Metropolitana no ano 2000, ele é diferente, nós já vimos, ele tem menos pobre e tem gente mais rica, mas a desigualdade não é diferente, a desigualdade é praticamente igual, a população de 1 a 3 salários mínimos parece que aumentou, o salário mínimo de 1995 até hoje passou de, a preços de hoje, com o poder de compra de hoje, já deflacionado, passou de 240 reais para 415, então ele aumentou significativamente. Nós temos a impressão que empobrecer a população, não, o salário mínimo é que subiu e essas pessoas tiveram um aumento real de renda, só que menor do que o aumento do salário mínimo, para a Região Metropolitana ela se acentua, ela existe a partir de 2001. Eu posso checar esses dados usando a PNAD, mas posso usar também a pesquisa de emprego e desemprego da Fundação SEADE que me dá uma outra medida do que aconteceu e me diz mais ou menos o que está acontecendo com a renda média também, A renda média vinha caindo e passou a subir a partir daqui, 2003 para frente, uma parte da redução da desigualdade tem a ver com que a renda dos mais ricos estava caindo e a desigualdade diminuindo, a partir de um certo momento a desigualdade continua caindo, mas a renda começa a subir, então eu tenho dois efeitos, eu preciso fazer uma hipótese com relação a isso, desigualdade tem a ver com a diferença entre as pessoas, isso aqui tem a ver com a renda média, você pode reduzir a desigualdade porque os mais ricos se empobreceram e é isso o que acontece até 2000 e pouco. A renda dos mais pobres está subindo em termos reais, pouco, mas está subindo e a desigualdade está caindo porque os extratos de cima estão perdendo. A renda dos mais pobres está aumentando 20% e dos mais ricos 5%. Todas as rendas estão crescendo, então a desigualdade cai porque a dos ricos está caindo e a dos pobres está subindo, quando a renda começa a crescer para todo mundo, tem menos conflito, todo mundo está satisfeito. Ser mais fácil de entender, certo, está incorporada a sugestão. Que há uma melhoria da desconcentração de renda, é evidente, isso aqui é simplesmente reclassificar as pessoas por faixa de renda, não tem nenhuma coisa conceitual diferente, é que muda a faixa de renda em função de que o critério do Plano 2007 era um, 2009 é outro e por faixa de salário mínimo é igual. Faixa de salário mínimo aqui é o salário mínimo de setembro/2008, a renda média do município é maior do que a metrópole mas a desigualdade é a mesma, eles têm renda mais alta mas a desigualdade é muito parecida, pegamos 2000 do município de São Paulo, viu as diferenças com a metrópole e projetou o município para 2008 usando a metrópole como um espelho, fizemos 2 cenários, um é que a renda não vai melhorar e que a distribuição não vai melhorar, a realidade está em algum ponto no meio do caminho? Usamos as melhorias que aconteceram entre 2004 e 2008, tanto para renda como para distribuição de renda, para não fazermos uma projeção excessivamente otimista, fizemos uma projeção logarítmica que a renda melhora, mas cada vez melhora menos, senão iríamos fazer uma coisa que ia ser o paraíso, quando tem crescimento econômico, aumenta a renda real e cai o percentual de domicílios que estão na faixa de 1 a 3, na hipótese que tem estagnação econômica, esse percentual é idêntico, então não há mudança do perfil distributivo, o percentual fica o mesmo, aqui é um efeito cauteloso, não é efeito nesse ano que vai tudo resolver, eu fiz isso de propósito, com taxas logarítmicas para não criar a ilusão de que resolve tudo fácil, eu sugeri para a equipe da Secretaria que fizesse, escrevesse isso no Plano, todo mundo concordou, que terminado o CENSO demográfico agora, fizesse uma atualização do Plano por dados do CENSO Demográfico, uma coisa que era prudente era saindo do CENSO Demográfico, fazer uma revisão desses dados aqui que vão ser muito melhores que é uma radiografia do município, nós temos parcas estatísticas sobre a capacidade de oferta privada, sabemos que o perfil de oferta privada está mudando, está atendendo um leque mais amplo de faixa de renda, que não é só a alta renda de antigamente e está mudando no Brasil inteiro, se o setor público não tivesse feito nada, o déficit ia crescer mais, como fez, o déficit foi menor. Sra. Tereza - O nó da questão é porque o Poder Público não tem capacidade, fizemos uma conta brincando outro dia, teríamos que produzir, o município, o Estado e a União, 2 casas por hora, é só para ter uma idéia mesmo, talvez uma coisa que nós poderíamos colocar no Plano, que me surgiu agora, é fazer um monitoramento desse mercado, das faixas de renda de zero a 3 ou de zero a 5, que seja, nos primeiros 5 anos após o Plano. Sr. - É demanda demográfica, mas existe uma outra coisa talvez uma outra etapa no Plano lá na frente, uma revisão, existe também já as unidades existentes que são disponibilizadas, quer dizer, demanda de domicílios não de construção feita futuramente podemos cruzar mas outra série de dados, não sei se isso é possível para falar a projeção de novas unidades, isso daqui é necessidade de domicílios, temos que deixar isso bem claro. Prof. Carlos - Progressivamente o que vai acontecer é que os grupos de renda mais baixa, eles vão melhorar que a renda média não só tem menos gente naquilo, como a renda média de dentro do extrato é maior, quer dizer, as pessoas têm de 1 a 3 salários mínimos só que não é mais perto de 1, mais perto de 2, implica diferença, o que acontece é que progressivamente, isso é inevitável, você vai ter soluções de mercado crescente para essas clientelas, não deveria contratar a UNICAMP para fazer, uma coisa que podia ser recomendada regularmente pelo Estado e pelo município, por exemplo, a Fundação SEADE é ter um acompanhamento da oferta privada, regularmente, a Fundação é mais fácil fazer isso, a Universidade é boa para fazer uma coisa pontual, para fazer uma coisa permanente é melhor que seja uma instituição tipo Fundação SEADE e fazer um acompanhamento permanente da oferta privada, fazer um levantamento da oferta pública mas não tem a menor idéia da privada, só que a privada já é muito importante e é crescente, nos últimos anos foi mais agressiva e vai ser maior. Sr. - Quería agradecer ao Prof. Pacheco pela exposição, eu anotei aqui de no Plano ficar um pouco mais claro, quer dizer, do texto ser um pouco mais orientativo, explicar a questão da projeção de domicílios e a questão do crescimento da renda, deixar mais claro esses

